



*João Folha*  
*Ana Ferreira*

Ata N.º 1/2022

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE DE 20 DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária, primeira, a Assembleia de Freguesia de Silvalde, na sua sala de reuniões e sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Manuel Novo, secretariado pelo Primeiro Secretário, João Folha, e pela Segunda Secretária, Ana Ferreira. Estiveram ainda presentes os Senhores Vogais, Helder Pereira, Bruno Pinho, Carlos Pinho e António Cruz pela Bancada do PS, Joaquim Costa, Manuel Félix, Daniela Carvalho, Helder Freitas, António Viela, Maria de Fátima Saxe, pela Bancada PSD. Estiveram presentes todos os elementos do Executivo, José Teixeira, Pedro Tavares, Liliana Gonçalves, Marco Oliveira e Lurdes Marques. -----

----- Da agenda para a Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos: -----

----- **Ponto um:** Deliberar sobre os assuntos agendados para o período antes da ordem do dia; -----

----- **Ponto dois:** Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2021; -----

----- **Ponto três:** Apreciação e votação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; -

----- **Ponto quatro:** Informação e apreciação do Protocolo de Interesse Público de instalação de terminal de multibanco celebrado com a Associação Leões Bairristas F. C.; -----

----- **Ponto cinco:** Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia;

----- **Ponto seis:** Aprovação da ata da última sessão da assembleia.

----- Dando início à sessão, o Presidente da Mesa começou por falar na composição das bancadas, lamentando a substituição na Bancada do PSD, do lugar de Mónica Góis. Ao abrigo dessa falta permanente, foi convocada a Vogal Maria de Fátima Saxe e não haverá cerimónia de tomada de posse. Na Bancada do PS houve duas notificações de não comparência da Vogal Conceição Ribeiro, que seria substituída pelo elemento seguinte da lista, que era o Sr. Domingos Novo, que na impossibilidade de comparecer, foi substituído pelo Vogal Carlos Pinho e, da Vogal Anabela Costa, que seria substituída por Mariana Folha, que na impossibilidade de comparecer foi substituída pelo Vogal António Cruz. De imediato, passou aos assuntos antes da ordem do dia, com o voto de pesar e uma saudação do 1º de Maio, por parte da bancada do PS, cujos documentos foram apresentados pelo Vogal Helder Pereira, que deixou também uma nota pessoal de pesar. O Presidente da Mesa, contagiado pela emoção do momento pediu à Assembleia e a todos os presentes um minuto de silêncio em homenagem à falecida Mónica Góis. Passou à votação do **voto de pesar que foi aprovado por unanimidade**. Quanto à saudação do 1º de Maio o Vogal Joaquim Costa disse ser a favor do 1º de Maio e identificar-se com a data, mas não concordou com o teor da saudação apresentada. Posta a votação, **a saudação foi aprovada com 8 votos a favor e 5 abstenções**. Ainda neste ponto, o Vogal Helder Pereira, fez uma nota sobre a proposta conjunta entre o Município de Espinho e o Agrupamento de Centros de Saúde Espinho/Gaia para a instalação no edifício da antiga Escola da Marinha de uma nova USF. Sabendo que a mesma está dependente da aprovação da ARS Norte, questionou o Executivo se podia facultar mais informações sobre as possíveis valências a instalar. Qual o papel da atual USF Mar à Vista, nesta reorganização dos cuidados de saúde prestados à população e se está prevista alguma intervenção também nesta unidade, uma vez que esta era uma das principais promessas eleitorais do PS e já se deu o 1º passo para a sua concretização. -----

----- O Presidente da Mesa introduziu o **Ponto 2** e a Tesoureira fez a apresentação da Prestação de Contas do ano 2021, referindo que as contas foram apresentadas nos mesmos moldes dos anos anteriores. O relatório de gestão foi elaborado de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública e foi apreciado e aprovado pelo Executivo desta Junta de Freguesia. Realçou algumas questões presentes no documento relativas à execução orçamental, nomeadamente, receita e despesa e PPI. -----

----- O Presidente da Mesa prosseguiu para os pedidos de esclarecimento, com o Vogal Joaquim Costa que relativamente às contas constatou que na certidão de deliberação do Executivo refere “*de modo a que o órgão deliberativo possa avaliar o grau de eficiência e eficácia de afetação dos recursos ou dos objetivos realizados, aferir responsabilidades e tomar decisões*”, acrescentou que o seu sentido de voto vai sempre nesse sentido. Enquanto nota introdutória notou que mais uma vez não foi convocada a Comissão Permanente e que nessa ausência, enviou pedidos de elementos complementares de análise às contas 2021 e que só após insistência lhe foram remetidos. Constatou: “*a existência de muitas ações e gastos que só se aceitam por ano eleitoral; Foram retirados documentos do site; Nos documentos aparecem os valores em débito pela Junta, mas não os valores em crédito, como é o caso do Café S. Tiago. Acho que deveria ter merecido da Tesoureira um comentário; na pág. 3/20 muitos projetos ficaram por fazer e*



*g. Nuno*  
*goso Falha*  
*Ana Ferreira*

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

pouca ação social; pág. 7/20 receita do Café S. Tiago?; pág. 12/20 venda de bens de investimento; a receita 368/09 já recebi o extrato e queria confirmar se era a carrinha Nissan, que tinha ficado de ir a hasta pública, na ata de janeiro de 2021, não verifico a receita da venda da carrinha, quero saber o que foi feito à carrinha; renda da Marfoot, 05.10.01.01 falta dinheiro nas contas?; 02.01.21.01 o que é o kit de gestão de filas?; 02.01.25.07 as verbas deveriam ter rubricas próprias e não serem colocadas em “diversos”; 02.02.25.09 deu-se 1.500 euros ao Cinanima e não conheço esta prerrogativa no regulamento do associativismo, nem foi aprovado pelo Executivo. Não apresenta a relevância que tem e que possivelmente se justifica; 02.02.25.10 mais um ato eleitoral, a Junta fez limpeza num terreno da CME em agosto de 2021. Não há outros terrenos por limpar? Não está em ata de Executivo; 02.02.17 publicidade, serviços de comunicação só constam verbas até junho de 2021, qual o contrato? Em que constaram estes serviços? A que se refere o serviço de Andreia Filipa de Jesus Almeida?; 08.01.99.99, reparação de passeios na R. do Calvário – recebimento em prestações. Há algum regulamento? É casuístico? Quem decidiu?; na análise de despesa 02.02.20, outros trabalhos especializados, 3.962,00 euros, acho que aqui será o apoio jurídico; nos donativos, Márcio Paulo Veiga Alves, a que se refere? Dão donativos a um coletado? Donativos à Liberty?; O saldo de caixa transferido para janeiro é de 16.986,26€, conforme ata 1 de 2022, mas o saldo de gerência é de 13.925,58€ e o saldo m bancos é de 15.997,78€, este valor de 16.986,26€ consta no “Resumo Diário de Tesouraria” e, a dívida a fornecedores é de 1.756,70€. Pode ter uma explicação, mas acho que pode ter erro, pelo que deverá ser corrigida a peça.” -----

---- O Presidente da Mesa informou que houve um lapso na entrega dos documentos da AF, mas que os enviou assim que se apercebeu e passou ao Presidente do Executivo que agradeceu ao Vogal o facto de estar tão atento às contas, sinal de que estão a ser bem fiscalizados. “Algumas coisas pertencem a um Executivo, que teve substituição de elementos, que tiveram responsabilidade na gestão da Freguesia enquanto exerceram funções. Na receita de renda do Café S. Tiago garanto que não houve receita em 2021, quanto aos 980 euros é uma receita que vamos averiguar e oportunamente informamos de que se trata; a carrinha Nissan é o Sr. Firmino que está a tratar dela. A carrinha estava completamente destruída, o Sr. Firmino irá vender para se fazer o abate. Informaremos quando o abate for feito. No Inventário este bem foi abatido, por não estar no ativo; Quanto à renda Marfoot, esclareço que os pagamentos não estão regularizados, pode faltar alguma renda; o kit de gestão de filas, não tem nada a ver com promoção eleitoral. A USF Mar à Vista para organizar as entradas dos utentes com senhas, e na sala de espera tem um écran para chamar os utentes. E, como não tinha verbas para adquirir o equipamento a Dra. responsável pela USF solicitou o apoio e a Junta acedeu, participando o Kit; sobre o Cinanima, os 1.500,00€ apoiamos porque a CME não podia apoiar e pediu às Juntas de Freguesia, tendo em conta que essa verba, que regressará às contas, através de transferências que forem feitas por exemplo ao nível dos contratos interadministrativos que a CME negoceie. Quando essa verba entrar informaremos nesses termos.” “E está aprovada essa verba na ata nº11 do Executivo”, acrescentou a Tesoureira; os terrenos limpos pela junta da CME, entrevistamos porque recebemos demasiadas queixas; a Andreia Filipa Almeida é uma avença para gestão de conteúdos do site e redes sociais; o passeio da R. do Calvário foi um passeio que foi executado pela junta a 50% com a proprietária da casa contígua ao passeio, a senhora pagou os materiais e a Junta contribuiu com a mão-de-obra. A senhora pagou 5 vezes 50€, o que fez o valor de 250€; o donativo a Márcio Paulo está mal enquadrado nesta rubrica. Encontra-se noutra rubrica relativa à manutenção do relvado sintético do Campo da Seara; Nas dívidas a fornecedores, há o mapa correto tirado pelo consultor, o Dr. Manuel, o mapa de Janeiro foi tirado pela funcionária. A data da ata do Executivo é diferente. Os números não enganam; Da Liberty Seguros demos baixa da carrinha e recebemos o estorno. Informo que iremos cancelar todos os seguros com esta companhia, porque nos cancelou o seguro de responsabilidade civil do campo da seara, por essa razão, a companhia que nos assegurar o seguro de responsabilidade civil, terá os restantes seguros desta Junta.” -----

---- O Vogal Joaquim Costa lembrou o que disse inicialmente, ou seja, que há verbas mal alocadas e acrescentou que as atas do Executivo deveriam estar mais complementadas. Quanto à carrinha Nissan referiu que está descrito numa ata que tem que ser “vendida por hasta pública, não pode ser doutra maneira. No Inventário já está abatida e não foi vendida. Na minha opinião, o ativo não se abate porque está inativo, o ativo abate-se porque já nem sequer existe.”--

---- O Presidente da Mesa introduziu a Vogal Daniela Carvalho que observou que a sua intervenção era relativa à transparência de entrega de documentos referida pelo Sr. Presidente do Executivo, “realmente não há obrigatoriedade de os disponibilizar, mas por uma questão de transparência devem ser fornecidos. O atual Executivo tem maioria nesta Assembleia, tem poder decisório, a outra bancada tem o poder de fiscalização. A todos os membros tem que ser dado o mesmo nível de respeito, sendo prestados todos os esclarecimentos que sejam necessários. Cada membro desta assembleia foi eleito pelos Silvaldenses e são os Silvaldenses a pedir esclarecimentos e têm que ser fornecidos. Em relação à gestora das redes, “Contratos | Protocolos | Regulamentos” não constam no site e é muito grave.



João  
Falla.  
Ana  
Cereira

Relativamente aos documentos apresentados, concordando ou não com os mesmos, deixo a nota que os mesmos devem ser revistos por questões de transparência, porque são vários os lapsos em várias rubricas. Finalizo, dizendo que a bancada do PSD nunca vai estar aqui para dificultar o trabalho do Executivo, pelo contrário, mas iremos manter um certo grau de exigência porque acho que é o que os Silvaldenses merecem.” O Presidente da Mesa agradeceu a intervenção da Vogal e frisou que “em relação ao respeito e igualdade de tratamento que a Sra. mencionou, nesta Assembleia, posso garantir-lhe que como Presidente desta mesa, pugnarei sempre por isso.” E prosseguiu o Presidente do Executivo, esclarecendo que a falta de documentação no site se deveu a uma revisão de toda a documentação por causa da Lei de Proteção de Dados e que será reposta assim que estiver em conformidade com o RGPD. “Pugno-me pelo respeito e tem que ser cumprido”, assinalou. O Presidente da Mesa avançou para a votação do **Ponto 2, que foi aprovado por maioria com 7 votos a favor, 1 abstenção e 5 votos contra**. Os Vogais Joaquim Costa e Helder Freitas apresentaram declaração de voto. Declaração de voto às contas de 2021 do Vogal Joaquim Costa: “Lamentavelmente, constata-se que: a) há verbas gastas sem o suporte da justificação da despesa b) ausência de documentos c) ausência de enquadramento justificativo e d) ausência de deliberação do Executivo. Muitas despesas foram efetuadas com o mero interesse eleitoral, causando desigualdade entre os habitantes de Silvalde, como limpeza de terrenos da CME, execução de passeios sem qualquer regulamento, tendo a Junta acordado um plano prestacional para uma obra particular, sem justificação de relevância social ou outra. Acresce que, não foram disponibilizados, alguns documentos em tempo útil nem foi realizada a reunião da Comissão Permanente. Considero que há um prejuízo claro do erário público e que as decisões são tomadas por uma só pessoa, desrespeitando todas as regras impostas a este tipo de execução e o princípio da igualdade e transparência. Há necessidade de um Executivo quando só uma pessoa decide?” Declaração de voto do Vogal Helder Freitas: “Declaro a minha abstenção na votação do Ponto 2 da ordem de trabalhos, considerando que exerci a função de Tesoureiro até 16/07/2021. No entanto, não deixo de manifestar a minha preocupação, relativamente à gestão desta autarquia no período compreendido entre a minha saída e o final do ano 2021. Nos documentos apresentados é possível verificar algumas incoerências face ao deliberado nas reuniões de Executivo; Existem ainda vários erros de registo, no que diz respeito às rubricas utilizadas para lançamento dos pagamentos efetuados, nos extratos de rubricas solicitadas, o que levanta dúvidas relativamente aos restantes movimentos.” O Presidente do Executivo pediu defesa de honra relativamente ao anterior Executivo: “quero dizer que o Sr. Helder Freitas cometeu um lapso muito grande. Concordo em algumas partes com a declaração de voto dele, mas ele não se pode esquecer que enquanto Tesoureiro durante três anos e meio que teve os mesmos lapsos e erros, que agora referiu na sua declaração. Portanto, não foi a primeira vez que houve despesas mal inseridas em rubricas e temos isso registado, se for preciso também se prova.” O Vogal Helder Freitas quis colocar uma questão. “Se esses erros foram efetivos, houve alguma verificação no final deste mandato? Porque os erros acontecem depois da minha saída.” O Presidente do Executivo indicou que se referia ao Executivo anterior 2017 – 2021. -----  
---- O Presidente da Mesa pediu esclarecimentos ao Executivo sobre o **Ponto 3**. O Presidente do Executivo referiu que ia passar a palavra à Tesoureira, que muito trabalhou no Inventário. E continuou “este Inventário tinha sido solicitado pelo Sr. Vogal Joaquim Costa no ano passado, mais ou menos a meio do mandato, esta tarefa foi dada ao ex-tesoureiro e essa tarefa nunca foi concluída. Aliás, lamento esta fuga ao trabalho, a dificuldade em assumir uma tarefa e cumpri-la. Tenho aqui testemunhas. Dou os meus parabéns à tesoureira, porque tem feito um bom trabalho.” -----  
---- A Tesoureira referiu que em relação ao Inventário “foi proposto ao Executivo o abate de alguns equipamentos e quando se diz ‘abate’, eles ainda não foram destruídos, quem quiser ver, pode vê-los, mas esta deliberação tinha que ser feita pelo Executivo. E, para pôr o Inventário em dia, começamos por ‘abater’ o que não estava em condições de uso, porque um abate, na minha opinião, não é feito porque o equipamento não existe, mas porque está danificado, sem condições de uso. E então o Executivo decidiu na última reunião aprovar a proposta de abate de bens que foi feito.” Interrompeu o Vogal Joaquim Costa “não devia ter sido feito pelo Executivo. Falta uma deliberação. Relativamente aos autos de abate não havendo nenhuma receita, nada foi vendido. Quanto aos bens de maior valor, estamos a abater mais de 12 mil euros. Não estou a valorizar... Mas temos um contencioso com o café S. Tiago, com o cessionário e estamos a dizer que as máquinas já estão abatidas, não têm uso, nem valor nenhum. Portanto, se o bem existe e não há pressa em abatê-lo, acho que estamos a ir com ‘sede ao pote’ e a prejudicar qualquer estratégia de argumentação de cobrança junto do café S. Tiago, isto é a minha opinião. Devia ter havido uma empresa a fazer esse relatório com a supervisão da Sra. Tesoureira, que ficaria responsável de mostrar os dados ao Executivo. Se os bens existem ou não, incluindo o café, tenho que votar contra este Inventário, já apresento a minha declaração de voto, não porque as máquinas se vão utilizar ou não, mas porque acho que mais uma vez formalmente, não protege o Executivo e, não protegendo o Executivo na sua execução, não protege o órgão deliberativo e fiscalizador.” -----



*João Falha*  
*Auaferreira*

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

---- O Vogal Helder Freitas comentou que *“inicialmente o Inventário foi acordado entre o Sr. Presidente, eu e o secretário e no dia agendado para dar início aos trabalhos, só estive eu e o Sr. Pedro Tavares. Há muita coisa no imobilizado no Inventário que seria mais do conhecimento do Presidente e acho que era fundamental a sua presença. Posso ter falhado ao não dar continuidade ao trabalho, mas era um serviço que devia ser feito por mais do que uma pessoa. A outra situação do abate em abril, como se fala do Inventário de 2021, só em 2022 é que devia ser atualizado.”*

---- Prosseguiu o Presidente do Executivo *“efetivamente o Inventário já devia estar feito no seu tempo e essa justificação é lamentavelmente de ‘mau pagador’. Estes bens não são de 2021, são de 1980, 1990, 2000... são bens perecíveis como enxadas, ratos de pc, calculadoras, quadros, roçadeiras, entre outros. Tem-se que renovar o Inventário além de que foram integrados os bens novos que entraram até 2021 e o Inventário tem que ser aprovado em abril em Assembleia de Freguesia. Os terrenos têm que ser inventariados, a tesoureira está a tratar de resolver isso para registar os que não estiverem registados. Relativamente à maquinaria do café estão avariadas, porque já têm mais de 20 anos e a reparação é custosa. Contextualizando, neste Inventário há coisas que ali constam, que o Executivo anterior não controlou, mandou para o programador e foi aprovado sem ser verificado. A Sra. Tesoureira pode indicar os bens abatidos. E, Sr. Presidente da Mesa pode-se constituir uma Comissão de Fiscalização do Inventário na Assembleia de Freguesia para verificar os bens e confirmação deles. É o que solicito, porque transparência só se consegue controlar com transparência. E depois deste Inventário teremos que fazer novo, porque há muita coisa que tem que entrar, nomeadamente, os terrenos.”* A Tesoureira observou que entende o Inventário como um documento em constante atualização, uma vez que não é um documento estanque. Logo, é isso que estão a fazer. O Vogal Joaquim Costa mencionou que não estão a votar o imobilizado. *“O Inventário é tudo aquilo que possa ser identificado. Aliás, cada cadeira deveria ter uma etiqueta. O bem quando entra tem que ser dada uma referência para memória futura.”* O Vogal disponibilizou-se para indicar a localização dos terrenos para que sejam registados. E afirmou que não se identifica com a criação de mais uma Comissão, porque considera que a Comissão Permanente não funciona. Apontou dois problemas ao Inventário que não sendo graves, subsistem, que são: *“os bens que não existem mesmo, façam um auto de abate e a própria Assembleia ratifica isto, relativamente aos outros bens, não disse que não existem, até sei onde estão, o que disse é que se ainda existem foi prematuro abatê-los, porque quando fizeram a concessão ao Sr. Simão usaram o mesmo Inventário. Daquela relação, algum material já desapareceu. Deviam ter verificado isso. O Inventário tem um caráter de regularidade, se possível anual, porque ele é dinâmico. A carrinha que está no Sr. Firmino disseram que se ia fazer uma hasta pública, corrijam, justifiquem com um relatório da oficina, mas justifiquem. Defendam-se e defendam-nos a nós, porque não podem fazer diferente, sem ser hasta pública é a minha opinião.”* O Vogal Helder Freitas, por sua vez, assinalou não estar a pôr em causa o trabalho da Tesoureira, pelo contrário até lhe deu os parabéns. O que pôs em causa é que sendo o Inventário relativo a 2021, indo a reunião de Executivo de abril de 2022, o abate deveria ser feito no Inventário de 2022. O Presidente do Executivo referiu que relativamente à carrinha estava à espera de resposta do Sr. Firmino, visto que a carrinha estava em muito mau estado. A Tesoureira explicou que a carrinha já foi abatida a 07/01/2021 e que foi feito um trabalho conjunto entre o Presidente do Executivo, a Tesoureira e o Vogal Marco Oliveira. Fizeram o levantamento dos bens e foi pedido à funcionária que abatesse os bens com a data da última assembleia, para terem o Inventário minimamente atualizado para vir a assembleia e para encerrar o ano 2021. *“Os autos de abate de bens listados até 31/12/2021, referentes a 2021, foram feitos por nós e aprovados na reunião de 07/04/2022.”* O Presidente do Executivo deu a indicação que os terrenos do Golf já foram registados no Bupi e que pretende fazer o mesmo com os restantes terrenos da Junta. A Tesoureira agradeceu a ajuda na localização de terrenos, porque há terrenos registados nas Finanças em nome da Junta, mas que não estão devidamente registados na Conservatória, o que inviabiliza o registo no Bupi. O Vogal Joaquim Costa insistiu uma vez mais que a carrinha Nissan não foi abatida, a única forma de abater é por alienação e que se a carrinha foi retirada, onde está o valor e qual o tipo de venda realizada? O Presidente da Mesa passou à votação do **Ponto 3, que foi aprovado por maioria com 7 votos a favor e 6 contra**. Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: pelo Vogal Joaquim Costa: *“Este Inventário foi elaborado internamente e não existe uma única explicação para o abate ao Inventário de bens, e não há nenhuma decisão do Executivo a aprovar os abates, nem há nenhum ato de venda ou publicação nem receita com qualquer venda.”* Pelo Vogal Helder Freitas: *“Declaro o meu voto contra no Ponto 3 da ordem de trabalhos, considerando que: 1. Consta no Mapa Síntese dos Bens Inventariados, o abate ou transferência de bens da freguesia que totaliza 12.075€ (doze mil e setenta e cinco euros); 2. Das atas de executivo publicadas, apenas está registado o abate, por hasta pública de um bem, mais concretamente o 152; 3. No dia da realização desta Assembleia, não se conhecia o método ou forma para a realização desta redução patrimonial; 4. Constam também neste documento, o abate de bens que estão na lista anexa, do contrato de cessão de exploração do Café S. Tiago;”* -----



*J. Alves*  
*João Felha*  
*Ana Ferreira*

----- O Presidente da Mesa passou ao **Ponto 4** pedindo os esclarecimentos dos Vogais. Enquanto nota prévia o Vogal Joaquim Costa reconheceu a relevância social da colocação do ATM no Bairro, assinalando que sempre foi um projeto eleitoral de várias candidaturas, ao longo dos últimos mandatos e que ninguém põe em causa a mais-valia que representa para a Freguesia, não apenas para o Bairro, independentemente de ter sido na campanha eleitoral ou não. Criticou o abastecimento do ATM pela CGD. *“Há um protocolo entre a Junta e a CGD, onde constam as obrigações da Junta. Quanto aos 150€ por défice de utilização, não ponho isso em causa, o que questiono é o seguinte, o Executivo tem que aprovar o protocolo e trazer uma decisão e não a temos. Nem na ata. Não temos uma deliberação em certidão. Em 2021 não há. Depois, o protocolo está com muitas falhas e é celebrado em Março de 2022, sem passar pela aprovação do Executivo. Efetivamente, há um gasto suportado pela Junta quando refere que ‘nada suportará’. A instalação do ATM custou 6 mil e tal euros em 2021. E nós acabamos de aprovar as contas com a inexistência de um protocolo que justifique aquele gasto e eu não levantei esse problema nas contas, porque a substância está lá. Há erros no protocolo que deviam ser corrigidos. Portanto, peço para retirar a peça para ser corrigida, para vir novamente a assembleia para aprovação, não acredito que haja problema em aprovar pela minha bancada. Não temos problemas em ratificar o protocolo, mas tem que haver uma aprovação do Executivo, uma certidão e não percebo porque isso acontece em 2022, quando o gasto e implantação foram em 2021. Nem sei se é suportável legalmente.”* -----

----- Continuou o Vogal António Félix destacando que quando o protocolo vier à Assembleia para ser de novo discutido, também seria bom que o protocolo antes de ser ratificado por esta assembleia, deva ser também ratificado pelo 2º outorgante. De seguida, o Vogal Helder Freitas garantiu que da sua bancada como havia sido dito, *“ninguém está contra o protocolo, trata-se de uma mais-valia para a Freguesia, contudo propôs algumas correções: no considerando “a) a Junta pretende instalar (...)”, não pretende ele já está instalado à data da assinatura; na cláusula 4ª “competirá ainda à Junta os custos que derivam do consumo, orçamentados em 10€ mensais, mas a cláusula 5ª diz que dos termos do contrato estabelece que o espaço utilizado não tem qualquer contrapartida mensal. Fica a dúvida se os Leões vão receber ou não os 10€ mensais; a cláusula 6ª, na sua opinião não devia ter um prazo de duração superior ao mandato, temos aqui 5 anos e penso que deveriam ser 4; na cláusula 7ª, na c) “a 2ª outorgante obriga-se a avisar a 2ª outorgante”, não faz sentido; para terminar, o protocolo tem data de assinatura de 6 de março, mas na informação do Presidente foi assinado a 3 de março.”* -----

----- O Presidente da Mesa pediu esclarecimentos às dúvidas apresentadas. O Presidente do Executivo reforçou ao Vogal Joaquim Costa que o protocolo indica que *“o equipamento passará a servir a população que se encontra mais afastada do centro da Vila não é destinado apenas às pessoas da Marinha. Relativamente aos custos de energia, nada têm a ver com o pagamento do espaço. A energia tem que ser paga à EDP. A cláusula 5ª esclarece que o espaço utilizado não tem contrapartidas. Pertence aos Leões, a energia não. Faz sentido, na cláusula 6ª que seja de 4 anos e pode ser retificado; a cláusula 7ª tem o erro da repetição “2º outorgante” tem que ser alterado.”* Informou, por fim, que o protocolo veio ao conhecimento da assembleia por uma questão de lisura, porque os protocolos têm que ser ratificados pela Assembleia quando as instalações são da Junta de Freguesia. *“A lei é clara nisso, mas vamos retirar o protocolo e acertar o documento.”* O Presidente da Mesa declarou que o documento foi apreciado, far-se-ão as retificações necessárias e se possível será apresentado o documento na próxima Assembleia. De imediato passou ao **Ponto 5**, introduzindo o Vogal Manuel Viela que pediu o ponto de situação das questões levantadas na última assembleia, o muro do Campo Diploma, por estar em perigo eminente, e aliado a essa situação, com a construção do túnel, tem a céu aberto água abundante a circular pela rua do Golf, principalmente no lado sul, quando aquela água tem obrigação de estar canalizada e encaminhada para uma zona fluvial. Nos jogos e torneios realizados toda aquela situação tem sido alvo de muitas críticas pelas equipas e por quem assiste. Chamou ainda a atenção do Presidente para tomar medidas sobre a 2ª ponte da Ribeira de Silvalde, pois quando chove os extremos ficam submersos, e frisou que o estado das tábuas também está em perigo eminente, tem tábuas soltas, desapertadas e a acontecer alguma coisa vai ser uma desgraça. Terminou com a situação da zona onde se vende o peixe na qual ainda não houve intervenção, e se assemelha a uma oficina. O Vogal Helder Pereira pediu informações sobre a participação no Webinar Programa Transformar Turismo, tendo em conta que o turismo é uma atividade com grande peso, mas que se resume essencialmente à época balnear e seria importante pensar-se numa estratégia de dinamização do sector que se prolongasse além do verão. Pediu esclarecimentos também do empreendimento “Fortea Group – Espinho Downtown” e por fim, apelou à participação nas iniciativas do 25 de abril. Enaltecendo a data. A Vogal Daniela Carvalho pediu esclarecimentos sobre as duas reuniões realizadas com o cessionário do Café S. Tiago. O Vogal Joaquim Costa comentou que com a agenda do Presidente se consegue perceber o que possa ter escapado e pediu esclarecimentos sobre o cessionário do Café S. Tiago, a PSP, Bombeiros (segurança) de acordo com a informação passível de ser



*João Paulo Fernandes*

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

fornecida de acordo com o RGPD; solicitou ao Presidente da Junta que agilize o processo, porque é interesse comum “captar jovens e temos lotes para vender. Avançar com o processo para tentar que no início do próximo ano esteja consumado, porque não se avança com a elaboração do regulamento?” Solicitou ainda o regulamento para as casas da Seara. O Presidente da Mesa pediu esclarecimentos à mesa e o Presidente do Executivo começando pelo Vogal Manuel Viela, remeteu a responsabilidade pelo muro e sua segurança ao Sporting Clube de Espinho, que é quem está responsável e quem tem que ter um regulamento de segurança naquele espaço. “Esta situação já tinha sido abordada em vários locais, não só por autarcas, mas por pessoas interessadas que aquilo se resolva. E quem faz a inspeção ao campo devia interditi-lo. A Associação de Futebol de Aveiro tem que garantir a segurança de equipas e assistentes; a questão da água que sai do túnel é lastimável a obra é da Infraestruturas de Portugal, não se previa que houvesse tanta água no túnel, e a questão é que as infraestruturas de pluvial ainda não estão devidamente ligadas para aquela infraestrutura. A solução que vejo ali era fazer uma vala de ligação para onde corre a água com tubagem provisória, para fazer a ligação à caixa do pluvial que fica no apeadeiro de Silvalde. Já foi diversas vezes apresentado à Eng.ª da Direção de Serviços Básicos e Ambiente, que já esteve no local. É uma situação com algum tempo, acentuou-se porque houve mais chuvas. Esperamos que seja resolvido, mas enquanto obrigação nossa, por várias vezes chamamos à atenção a Câmara, por email; quanto às tábuas soltas, não estão só soltas, mas gastas, está um perigo muito grande. A Junta na sua responsabilidade já chamou à atenção para a manutenção das pontes, o Eng.º responsável disse-me há 15 dias que já tinha o material, que não ia entregar à empresa que montou as pontes por ficar muito dispendioso, e que iria fazer a recuperação com o pessoal da CME, acontece que o único carpinteiro está de baixa há três meses, como é do conhecimento do Sr. Presidente da Assembleia. O que é certo é que temos que tomar posições, porque se alguém se magoar, a Junta vai ter que levantar a responsabilidade pelas vias judiciais, isto está documentado por emails; Relativamente ao espaço de venda de peixe, efetivamente o local foi mal concretizado, não tem grandes condições para a venda de peixe, o espaço é da CME, e está a servir para lavagem de tratores, oficina de carros... mas isso foi notificado à CME. São espaços que não são nossos, ficam na nossa Freguesia, mas que não temos poder administrativo para atuar, mas isto encontra-se também documentado por email, para que fosse dado àquele espaço alguma dignidade, vamos aguardar... Portanto Sr. Vogal todos os pontos por si elencados não estão esquecidos de forma alguma, também sou um cidadão atento que gosto da Freguesia de Silvalde, só que não consigo chegar a todo o lado como é evidente, vai-se intervindo onde a necessidade é mais premente. Sr. Vogal Helder Pereira relativamente à USF da Marinha foi assinado um Memorando de Entendimento entre a CME e o ACES de Gaia para a disponibilização da Escola da Marinha 1 para albergar uma USF, que nada tem a ver com a USF Mar à Vista, que mantém os polos de Silvalde e Paramos. Ao polo de Silvalde ainda faltam as obras prometidas que nunca foram executadas, vamos continuar a insistir no arranjo interior. A Junta disponibilizou inclusive metade do salão polivalente para sala de espera, senão a situação seria muito pior. Assim, na Marinha há intenção de se constituir uma USF, falta a validação da ARS Norte. Estive presente no Memorando de Entendimento, a convite do Sr. Presidente da CME, nunca tinha estado, havendo o aval positivo da ARS Norte, mais uma vez, o Presidente de Junta não vai assinar nada ao contrário daquilo que muitas vezes se diz. Sei ainda que uma técnica da ARS vai fazer uma vistoria ao interior da escola, para verificar se as condições estão realmente adequadas ao funcionamento numa USF. Se não estiver, e houver obrigatoriedade de alguma alteração, a CME terá que o fazer, mas tudo indica que as instalações estão em perfeitas condições de utilização e bem apetrechadas também, com uma rede informática e telefónica já instalada em toda a área. Os WC's são completamente novos, as salas já estão divididas em consultórios, espaço não falta quer interior, quer exterior e há interesse em dinamizar e requalificar toda a zona envolvente. E quem irá beneficiar são os utentes da marinha, que já não terão de se deslocar à USF Mar à Vista. É este o ponto de situação; no Espinho Downtown já felicitei a quem de direito, foi um assunto deveras complexo e complicado, obrigou à aprovação pela Assembleia Municipal do projeto em território da Freguesia. Virá revitalizar aquela zona da Freguesia, esperemos que o consórcio comece a construir aquilo que nos interessa que é a habitação acessível. Na apresentação da obra, foi dito que iria ser feito por fases, mas ainda não sei quando iniciará a construção em si; O Programa Transformar o Turismo foi um webinar com vários autarcas presentes, bem como arquitetos e demais entendidos, que foi realizado a pensar no turismo para a cidade de Espinho e valências que dispõe, na perspetiva do que pode oferecer ao turismo. Foi uma reunião interessante, no território de Silvalde poderão vir algumas construções, o que para nós será interessante na resposta de habitação, comércio e serviços que também precisamos, não apenas habitação; relativamente ao 25 de abril faço um repto à participação na caminhada da liberdade, já não se faz há dois anos e tem um cariz solidário de recolha de alimentos por participante. As camisolas foram patrocinadas por um industrial da Freguesia e, o valor arrecadado será para comprar medicamentos essenciais para a Ucrânia. Reforçou a importância de assinalar a data que trouxe a democracia. Respondendo à Sra.



*J. Novo*  
*João Folla.*  
*A. Ferreira*

Vogal Daniela Carvalho, contextualizando, houve um 1º Concurso Público para a concessão do Café S. Tiago que ficou vazio, disseram que o valor da renda era exorbitante, depois houve um 2º Concurso, em que a Junta de Freguesia baixou o valor da renda e onde o Sr. Simão respondeu e venceu o concurso que obedecia a regras estabelecidas pelo caderno de encargos, programa do concurso e contrato de arrendamento. O que é certo é que mal recebeu o café, os primeiros três meses esteve fechado, por obrigações legais da DGS, devido ao Covid 19 e foram-lhe isentadas essas rendas também, porque não esteve a funcionar. Quando tentou abrir o café, deparou-se com problemas ao nível da maquinaria, tudo obsoleto, a funcionar de forma deficiente, com mais de 20 anos, como é do conhecimento geral, paredes e janelas danificadas, chovia dentro do café, houve assaltos, pela fraca perfilaria, quando veio também foi assaltado e, por iniciativa própria decidiu investir no apetrechamento do café, na limpeza geral do espaço, na restauração da rede elétrica, de águas e saneamento e na reestruturação das paredes que precisavam de forte intervenção. Houve ali investimento que está registado pela faturação, e tudo isto representa um valor total. Assim, na 1ª reunião disse-lhe que o Executivo reuniu e decidiu tomar uma decisão e se tivesse de ser unilateral seria. Ele foi convidado a pagar a renda que tinha em atraso na altura, mais de 12 mil euros. Foi convidado a pagar e nós, Junta de Freguesia, não queríamos a renda fracionada. Ele disse que pagava, mas que estava descapitalizado financeiramente devido ao investimento na ordem de 14 mil euros efetuado. Disse-lhe para apresentar essa situação por escrito em ofício à Junta e a partir deste momento, funcionaríamos a partir de advogados. O cessionário enviou o ofício indicando que gostava de estar com o café, mas por razões financeiras não pode pagar as rendas em atraso e propôs face ao investimento realizado, que se fizesse uma negociação. O Executivo reuniu falamos sobre o assunto, só que ele tinha a chave, o que se avançasse para contencioso iria levantar problemas, nunca mais iríamos resolver, ele pediu para ficar até setembro, mas em reunião decidimos que tinha que deixar em abril, isso foi-lhe comunicado, decidimos avançar para contencioso. Os advogados entraram em contacto um com o outro. Fui acompanhando junto do nosso advogado, disse que não queríamos qualquer tipo de património investido, não queremos qualquer investimento dele, apenas o dinheiro. Ao avançar para contencioso, o advogado envia um email, informando que para a abertura de processo era preciso 800 a 900 euros, relativos a custas de tribunal. Voltamos a reunir com o Executivo e, o que ficou decidido foi falar uma vez mais com ele, para evitarmos o contencioso, pois ao abrir um processo, nem daqui a 3 anos se resolve. Vai ficar tudo estragado e apodrecido. Chamei-o à Junta de Freguesia, a funcionária esteve presente para anotar os equipamentos investidos e disse-lhe que a única possibilidade era sair até ao final de abril e que tentaríamos ver relativamente ao património/investimento dele, listando o investimento e confrontando com as faturas que ele tem, uma vez que não tem dinheiro, se a Assembleia de Freguesia mais tarde aprovar, faremos um encontro de contas. Falei com o advogado e o consultor contabilístico, foi-me dito que era possível fazer, mas também lhe foi dito que se a Assembleia não concordasse, que nada será feito. Não sei se entregará a chave no final do mês, se entregar vamos verificar a relação do que lá está para ver se está tudo em conformidade, acho que é de bom senso chegar a um acordo, porque todo o investimento do café é real, fomos verificar com ele e está tudo novo. Também teve fechado várias vezes por causa da pandemia. Está novo. Podemos não ter as rendas, mas temos o valor que entra em património de todo o tempo que ele ali esteve. Podemos alugar novamente, fazer um novo contrato com outras pessoas, podemos dinamizar o espaço, caso contrário ficaremos reféns do tribunal e, segundo informação do advogado, os processos estão muito atrasados, tão cedo não se resolverá. É este o ponto de situação; Sobre o lote da Seara e o regulamento do condomínio das Casas da Seara, Sr. Vogal Joaquim Costa, não sei se temos que fazer o regulamento de condomínio, porque as casas já não são nossas, nem os terrenos são nossos, poderíamos ter que fazer o regulamento do condomínio, quando as casas eram alugadas, agora terá que ser feito pelos condóminos, que são moradores e proprietários das casas que terão de se juntar para fazer o regulamento. A Junta entrará porque ainda falta vender uma casa e responderá apenas por essa casa, não pelas outras. Informo que relativamente a essa casa, voltou-se a notificar e a perguntar ao morador se queria comprar a casa e provavelmente, se calhar é o mais certo, mesmo a muito custo, mas terá que ser feito por uma questão de justiça, teremos que abrir uma hasta pública para venda da casa.” -----

----- Por fim, o Presidente Mesa passou ao **Ponto 6**, o Vogal Joaquim Costa disse ter apenas um reparo na Ata, “o Sr. Presidente ficou de apresentar na ordem de trabalhos a discussão do regulamento e não apresentou. Está em ata. Quanto à questão da substituição da Vogal Mónica Góis, está no Art.º 18º. Estou de acordo em mudar o Regimento. A notificação por nós por email serve. Há que formalizar isso no Regulamento.” O Presidente da Mesa esclareceu que a atualização do Regimento efetivamente foi abordado na última Assembleia, o que não quer dizer que tivesse que ser alterado logo na próxima sessão. E passou a palavra ao Presidente do Executivo que proferiu que “na questão do correio registado, de facto o email foi assumido, só que em termos legais para suporte a faltas, o email não serve. Tem que ser correio registado. O ano passado houve um vogal que perdeu o mandato, o Vogal Celso Sá que teve faltas sem

